

IMPACTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA FUNÇÃO EXECUTIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

IMPACT OF CHILD SEXUAL ABUSE ON EXECUTIVE FUNCTIONS: A SYSTEMATIC REVIEW

¹Kryslainy Thamirys Moreira

²Hellen Lilian Vitorino Silva

³Daniela Rana Teixeira de Sousa

⁴Dheyvson Fellipi de Oliveira Tomaz

FACULDADE TRÊS MARIAS – João Pessoa, Paraíba, Brasil;

EMAIL: ¹kryslainy01@gmail.com;

²hellenpsi97@gmail.com;

³danielaranna@gmail.com;

⁴psifellipitomaz@gmail.com

RESUMO: O abuso sexual infantil é uma forma grave de violência que pode comprometer o desenvolvimento cognitivo, com impacto significativo nas funções executivas. Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre o impacto do abuso sexual infantil nas funções executivas de crianças de 0 a 14 anos. A busca foi realizada nas bases *PubMed*, *ScienceDirect*, e *LILACS*, utilizando descritores relacionados ao tema e operadores booleanos AND e OR, com aplicação de filtros de período, idioma, espécie e faixa etária. Após as etapas de identificação, triagem e elegibilidade, foram incluídos nove estudos. Os resultados indicaram que crianças vítimas de abuso sexual apresentam comprometimentos relevantes no controle inibitório, na memória de trabalho e na flexibilidade cognitiva, associados a alterações em regiões como o córtex pré-frontal. Conclui-se que o abuso sexual infantil está relacionado a déficits no funcionamento executivo, evidenciando a importância de avaliação e intervenção precoce.

Palavras-chave: Abuso Sexual infantil; Funções executivas; Desenvolvimento cognitivo.

ABSTRACT: Child sexual abuse is a serious form of violence that can impair cognitive development, especially executive functions. This study aimed to conduct a systematic review on the impact of child sexual abuse on executive functions in children aged 0 to 14 years. The search was carried out in the *PubMed*, *ScienceDirect*, and *LILACS* databases, using descriptors related to the topic and the Boolean operators AND and OR, with filters applied for publication period, language, species, and age group. After the identification, screening, and eligibility stages, nine studies were included. The results indicated that children who are victims of sexual abuse show impairments mainly in inhibitory control, working memory, and cognitive flexibility, associated with changes in regions such as the prefrontal cortex. It is concluded that child sexual abuse is related to deficits in executive functioning, highlighting the importance of early assessment and intervention.

Keywords: Child sexual abuse; Executive functions; Cognitive development;

RESUMEN: El abuso sexual infantil es una forma grave de violencia que puede comprometer el desarrollo cognitivo, especialmente las funciones ejecutivas. Este estudio tuvo como objetivo realizar una revisión sistemática sobre el impacto del abuso sexual infantil en las funciones ejecutivas de niños de 0 a 14 años. La búsqueda se realizó en las bases de datos *PubMed*, *ScienceDirect* y *LILACS*, utilizando descriptores relacionados con el tema y los operadores booleanos AND y OR, con la aplicación de filtros por período, idioma, especie y rango de edad. Tras las etapas de identificación, selección y evaluación de elegibilidad, se incluyeron nueve estudios.

Los resultados indicaron que los niños víctimas de abuso sexual presentan déficits principalmente en el control inhibitorio, la memoria de trabajo y la flexibilidad cognitiva, asociados a alteraciones en regiones como la corteza prefrontal. Se concluye que el abuso sexual infantil está relacionado con déficits en el funcionamiento ejecutivo, lo que subraya la importancia de la evaluación e intervención tempranas.

Palabras clave: Abuso sexual infantil; Funciones ejecutivas; Desarrollo cognitivo

IMPACTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA FUNÇÃO EXECUTIVA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

O desenvolvimento cognitivo das crianças depende de diversos sistemas neuropsicológicos que permitem a regulação de pensamentos, emoções e comportamentos de forma adaptativa (BLAIR; RAVEN, 2015). Nesse contexto, as funções executivas desempenham papel fundamental, uma vez que gerenciam os processos de controle cognitivo necessários para o planejamento, a tomada de decisões, a autorregulação comportamental e a adaptação às demandas do ambiente. Essas funções estão fortemente associadas à atividade do córtex pré-frontal, região cerebral que passa por um desenvolvimento prolongado durante a infância e adolescência, tornando-se especialmente sensível a influências ambientais nesse período.

O desenvolvimento humano ocorre ao longo de todo o ciclo vital e envolve três domínios interdependentes: físico, cognitivo e psicossocial. O domínio físico refere-se ao crescimento corporal e ao desenvolvimento cerebral; o cognitivo engloba processos como aprendizagem, memória e linguagem; e o psicossocial envolve emoções, personalidade e relações sociais. Os cientistas do desenvolvimento estudam esses três aspectos, sendo que o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais e as habilidades motoras fazem parte do desenvolvimento físico; aprendizagem, atenção, memória e raciocínio compõem o desenvolvimento cognitivo; e emoções, personalidade e relações sociais constituem o desenvolvimento psicossocial (PAPALIA; FELDMAN, 2013). A infância configura-se como um período crucial, uma vez que é nessa fase que se consolidam habilidades cognitivas básicas, a regulação emocional e as bases para a aprendizagem escolar.

Desde o momento da concepção, tem início nos seres humanos um processo de transformação contínuo que se estende ao longo da vida, no qual experiências ambientais exercem papel determinante no desenvolvimento (PAPALIA; FELDMAN, 2013). A infância, em particular, é caracterizada por elevada plasticidade neural, o que torna o cérebro especialmente suscetível a estímulos tanto positivos quanto negativos.

Com o avanço das técnicas de neuroimagem, como a ressonância magnética funcional (fMRI) e a tomografia por emissão de pósitrons (PET), tornou-se possível observar o cérebro em funcionamento, contribuindo para a compreensão da relação entre processos cognitivos e estruturas cerebrais (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Nesse contexto, experiências adversas precoces podem interferir na organização estrutural e funcional do cérebro, afetando principalmente regiões relacionadas ao processamento emocional e ao controle cognitivo. Entre essas experiências, destaca-se o abuso sexual infantil, considerado uma das formas mais graves de violência contra crianças e adolescentes.

De acordo com a World Health Organization, o abuso sexual infantil envolve a participação de uma criança em atividades sexuais que ela não compreende plenamente, para as quais não possui maturidade para consentir ou que violam normas sociais e legais, sendo geralmente perpetradas por um adulto ou por outra pessoa em posição de poder ou confiança (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017). De forma complementar, o abuso sexual infantil é caracterizado pelo envolvimento da criança em atividades de natureza sexual para as quais ela não possui maturidade ou capacidade de consentimento, ou que violam normas sociais e legais (OMS, 2002).

O abuso sexual infantil representa um problema de saúde pública global, afetando milhões de crianças em diferentes contextos sociais e culturais. Estimativas indicam que aproximadamente uma em cada cinco meninas e um em cada treze meninos sofrem algum tipo de abuso sexual antes dos 18 anos de idade, evidenciando a magnitude desse fenômeno (Centers for Disease Control and Prevention, 2022). Esse tipo de violência pode interferir no desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, com efeitos que podem se estender até a vida adulta.

A literatura científica demonstra que experiências traumáticas precoces podem provocar alterações neurobiológicas significativas. Situações de estresse intenso e prolongado durante a infância estão associadas a mudanças em regiões cerebrais como a amígdala, o hipocampo e o córtex pré-frontal, estruturas envolvidas no processamento emocional, na memória e no controle cognitivo (TEICHER; SAMSON, 2016). Essas

alterações podem comprometer o equilíbrio entre emoção e cognição. Além disso, crianças vítimas de abuso podem apresentar sintomas relacionados ao transtorno de estresse pós-traumático, como revivescência, evitação e hiperexcitabilidade, associados a prejuízos no controle inibitório e no processamento cognitivo (BARRERA et al., 2013).

As funções executivas correspondem a um conjunto de processos cognitivos de ordem superior responsáveis por orientar o comportamento em direção a objetivos, monitorar ações e adaptar respostas às exigências do contexto. Diferentes modelos teóricos têm sido propostos para explicar sua estrutura. O modelo de unidade e diversidade de Miyake et al. (2000) sugere que as funções executivas compartilham uma base comum de controle cognitivo, ao mesmo tempo em que apresentam componentes parcialmente independentes, como inibição, atualização da memória de trabalho e flexibilidade cognitiva (MIYAKE et al., 2000). Por sua vez, Barkley (2012) enfatiza o papel central do controle inibitório na autorregulação do comportamento, destacando sua influência sobre processos como planejamento, memória de trabalho e regulação emocional.

Entre os modelos contemporâneos, destaca-se a proposta de Diamond (2013), que organiza as funções executivas em três componentes centrais inter-relacionados: controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva. O controle inibitório refere-se à capacidade de regular pensamentos, emoções e comportamentos, permitindo a inibição de respostas impulsivas; a memória de trabalho envolve a manutenção e manipulação de informações; e a flexibilidade cognitiva diz respeito à capacidade de adaptação a novas situações e alternância de estratégias (DIAMOND, 2013). Esses componentes constituem a base para o desenvolvimento de habilidades mais complexas, como planejamento, raciocínio e resolução de problemas (DIAMOND, 2013). De forma complementar, Dias e Malloy-Diniz (2008) destacam que as funções executivas envolvem processos de gerenciamento mental essenciais para a adaptação ao ambiente (DIAS; MALLOY-DINIZ, 2008).

Estudos indicam que a exposição a traumas precoces, como o abuso sexual infantil, está associada a alterações no córtex pré-frontal e na conectividade entre

regiões cerebrais, comprometendo a integração entre emoção e cognição (MC LAUGHLIN et al., 2019). Essas alterações podem resultar em dificuldades no controle inibitório, na memória de trabalho, na flexibilidade cognitiva e na regulação emocional, impactando diretamente o desempenho escolar, as relações sociais e a adaptação da criança. As funções executivas passam por um período de intenso desenvolvimento durante a infância, acompanhando a maturação do córtex pré-frontal, o que torna esse período especialmente sensível a influências ambientais adversas (DIAS; MALLOY-DINIZ, 2008).

Apesar do aumento no número de estudos que investigam os efeitos psicológicos e psiquiátricos do abuso sexual infantil, ainda se observa uma produção limitada de pesquisas voltadas especificamente para os impactos no desenvolvimento neurocognitivo, especialmente nas funções executivas. Além disso, as evidências disponíveis apresentam heterogeneidade metodológica, com diferentes faixas etárias e instrumentos de avaliação, dificultando a integração dos achados.

Diante da relevância do tema e da necessidade de compreender melhor os efeitos cognitivos do trauma infantil, torna-se fundamental sistematizar as evidências disponíveis na literatura científica. Nesse contexto, revisões sistemáticas desempenham papel essencial ao reunir e analisar criticamente estudos empíricos, permitindo identificar padrões de resultados, lacunas no conhecimento e direções para investigações futuras.

Assim, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura científica sobre o impacto do abuso sexual infantil nas funções executivas de crianças de 0 a 14 anos, buscando identificar evidências empíricas que relacionem experiências de abuso sexual com alterações no funcionamento executivo durante o desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo e atendimento dos objetivos propostos, optou-se pela realização de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), conduzida conforme as observações do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for

Systematic Reviews and Meta-Analyses) observando os pontos de reconhecimento, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. Nesse contexto, a revisão sistemática contribui para a organização do conhecimento científico existente sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador identificar lacunas na literatura, tendências de investigação e evidências empíricas disponíveis (BRIZOLA; FANTIN, 2016). A revisão da literatura ajuda: (a) delimitar o problema da pesquisa, (b) auxiliar na busca de novas linhas de investigação para o problema que o pesquisador pretende investigar, (c) evitar abordagens infrutíferas, ou seja, através da revisão da literatura o pesquisador pode procurar caminhos nunca percorridos, (d) identificar trabalhos já realizados, já escritos e partir para outra abordagem e (e) evitar que o pesquisador faça mais do mesmo, que diga o que já foi dito, tornando a sua pesquisa irrelevante. (BRIZOLA; FANTIN, 2016, p.24).

Para isso, foi elaborado um protocolo de pesquisa (Quadro 1) que explicita os passos realizados e as escolhas efetuadas durante o processo de busca e seleção dos estudos científicos analisados nesta revisão.

Tabela 1 – Protocolo de pesquisa da revisão sistemática	
PROTOCOLO	DESCRIÇÃO
OBJETIVO GERAL	Identificar e analisar evidências científicas sobre o impacto do abuso sexual infantil nas funções executivas de crianças de 0 a 14 anos.
FONTES DE INFORMAÇÕES PESQUISADAS	Foram utilizadas as bases de dados PubMed, ScienceDirect e LILACS.
RESTRIÇÃO TEMPORAL	Foram consideradas publicações dos últimos 10 anos, conforme filtros aplicados nas bases de dados durante a estratégia de busca.
ESTRATÉGIA DE BUSCA	A busca foi realizada por meio de descritores controlados e termos livres combinados com operadores AND e OR. Na base foram utilizados os descritores: “ Sexual abuse in children ” AND “ executive functions ” e “ Child sexual abuse OR sexual violence ” em inglês.
FILTROS APLICADOS	Foram aplicados filtros diretamente nas bases de dados, incluindo: período de publicação (últimos 10 anos), espécie (humanos), idioma (inglês, português ou espanhol, conforme a base), disponibilidade de texto completo e faixa etária pediátrica (0–18 anos), com refinamento manual para

	delimitação da faixa de 0 a 14 anos.
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	Foram incluídos estudos que: (1) investigassem abuso sexual infantil como variável principal; (2) avaliassem funções executivas ou medidas neuropsicológicas relacionadas, como controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva; (3) incluíssem população pediátrica dentro da faixa etária de 0 a 14 anos; e (4) apresentassem dados empíricos.
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	Foram excluídos estudos que: (1) não apresentavam avaliação cognitiva ou neuropsicológica; (2) investigavam população exclusivamente adulta; (3) consistiam em revisões narrativas sem dados empíricos; ou (4) abordavam maus-tratos infantis de forma ampla sem foco específico em abuso sexual infantil e funções executivas.
CAMPOS PESQUISADOS	Foram analisados título, resumo, palavras-chave e resultados dos estudos identificados nas bases de dados.
PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO	A seleção dos estudos ocorreu em etapas sucessivas: identificação dos registros nas bases de dados, remoção de duplicidades, triagem por leitura de títulos e resumos e avaliação da elegibilidade conforme os critérios estabelecidos.
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	Os estudos selecionados foram analisados quanto aos objetivos, características metodológicas, população estudada e principais resultados relacionados às funções executivas em crianças vítimas de abuso sexual.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Após a aplicação do protocolo de busca apresentado no Quadro 1, iniciou-se à identificação dos estudos nas bases de dados escolhidas. As buscas foram conduzidas nas plataformas PubMed, ScienceDirect e LILACS, considerando publicações dos últimos dez anos e aplicando filtros específicos relacionados à espécie humana, idioma e faixa etária pediátrica.

Na base PubMed, foram utilizadas duas estratégias principais de busca. A primeira estratégia, utilizando o operador AND (“*Sexual abuse in children*” AND “*executive functions*”), resultou inicialmente em 43 registros. A segunda estratégia, utilizando o operador OR (“*Child sexual abuse* OR *sexual violence*”), resultou em 7.801 registros. Dessa forma, o total de registros identificados nessa base foi de 7.844 estudos.

Na base ScienceDirect, foram utilizadas três estratégias principais de busca. A primeira estratégia, utilizando o operador AND (“***Sexual abuse in children AND executive functions***”), resultou em 298 estudos potencialmente relevantes. A segunda estratégia de busca utilizou os descritores “abuso infantil AND violência”, resultando em 15 estudos relevantes. A terceira estratégia utilizou os descritores “abuso infantil AND negligência”, resultando em 57 estudos. Dessa forma o total de registros identificados nessa base foi de 370 estudos.

Na base LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), a busca foi realizada utilizando descritores controlados relacionados ao abuso sexual infantil e violência. A estratégia principal de busca utilizou os descritores “Abuso Sexual Infantil” AND (“Indicadores de Risco” OR “Fatores de Risco”) AND “Desenvolvimento Infantil”, resultando inicialmente em 25 registros. Adicionalmente, foi realizada uma estratégia complementar utilizando descritores em inglês (“***Child Sexual Abuse***” AND “***Risk Factors***” AND “***Child Development***”), resultando em 40 registros. Dessa forma, o total de registros identificados nas estratégias de busca foi de 65 estudos.

Após essa etapa de identificação dos registros nas bases de dados, foi realizada a triagem dos estudos por meio da leitura de títulos, resumos e resultados, com o objetivo de verificar a adequação das publicações aos critérios previamente estabelecidos no protocolo da revisão sistemática. Nessa fase, foram excluídos estudos que apresentavam população adulta, pesquisas que não incluíam avaliação cognitiva ou neuropsicológica, bem como estudos que abordavam formas amplas de maus-tratos infantis sem foco específico em abuso sexual infantil. Também foram excluídas revisões narrativas sem dados empíricos, investigações sem medidas relacionadas ao funcionamento executivo e estudos cujo foco principal não estava relacionado ao impacto do abuso sexual infantil no desenvolvimento cognitivo. A aplicação desses critérios permitiu refinar os resultados inicialmente identificados nas bases de dados. Dessa forma, após o processo de triagem e análise preliminar das publicações, permaneceram quatro estudos provenientes da base PubMed, três estudos identificados na base ScienceDirect e dois estudos provenientes da base LILACS.

Assim, após o processo de triagem e aplicação dos critérios de elegibilidade e inclusão previamente definidos, nove estudos foram considerados adequados para compor a análise final desta revisão sistemática, sendo posteriormente examinados quanto aos seus objetivos, métodos e principais resultados relacionados ao impacto do abuso sexual infantil nas funções executivas de crianças e pré-adolescentes.

RESULTADOS

Após aplicar os critérios de inclusão estabelecidos na metodologia da revisão sistemática incluindo identificação e seleção dos estudos, nove artigos foram selecionados para a análise final. Essas publicações foram localizadas em três bases de dados científicas: PubMed (n = 4), ScienceDirect (n = 3) e LILACS (n = 2). o processo de seleção incluindo a busca inicial nos repositórios, a triagem de títulos e resumos, a verificação dos critérios de inclusão e exclusão e, por fim, a avaliação de elegibilidade por meio da leitura completa dos artigos pré-selecionados.

Os estudos foram analisados e abordados de forma, direta ou indiretamente, a junção entre a prática do abuso sexual na infância e as modificações nas funções executivas entre a faixa etária de 0 a 14 anos. Os trabalhos usaram uma variedade de métodos, incluindo pesquisas comparativas, estudos observacionais, análise com técnicas de neuroimagem e revisões teóricas que investigaram as evidências neuropsicológicas no impacto da evolução cognitiva da criança. A maioria das averiguações centraram-se na avaliação de aspectos próprios das funções executivas, como controle inibitório, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e planejamento. Esses métodos são fundamentais para a autorregulação comportamental, tomada de decisões e adaptação às demandas do ambiente.

A **Tabela 2** fornece uma descrição geral dos estudos incluídos na revisão, levando em conta autores, objetivos, métodos e resultados principais.

Tabela 2 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão			
Autores	Objetivo	Método	Resultados Principais
Amédée et al.	Analisar o funcionamento executivo de crianças vítimas de abuso sexual em comparação com crianças sem histórico de abuso	Estudo comparativo com crianças de 6 a 12 anos. Avaliação de funções executivas por meio de tarefas neuropsicológicas e relatos de pais e professores	Crianças vítimas de abuso revelou déficits significativos em controle inibitório e regulação cognitiva

Gervasio et al.	Investigar a associação entre abuso sexual e desempenho neurocognitivo em crianças hospitalizadas em programa psiquiátrico	Estudo retrospectivo com 144 crianças entre 7 e 12 anos submetidas a avaliação neuropsicológica	Foi identificado um comprometimento na memória de trabalho e flexibilidade cognitiva em crianças com histórico de abuso
Barrera et al.	Examinar os impactos do abuso sexual e do transtorno de estresse pós-traumático no desempenho cognitivo infantil	Pesquisa neuropsicológica com crianças vítimas de abuso sexual submetidas a testes de controle executivo	Os resultados mostraram problemas no controle inibitório e regulação comportamental
Gundogdu e Eroglu	Analisar funções executivas e teoria da mente em adolescentes vítimas de abuso sexual	Estudo comparativo com adolescentes do sexo feminino vítimas de abuso	Foram identificados danos no planejamento, controle cognitivo e habilidades sociais
Clinchard et al.	Estudar o progresso das funções executivas em pessoas que sofreram maus-tratos na infância	Pesquisa longitudinal que conduz adolescentes ao longo do tempo.	Maus-tratos infantis estiveram ligadas a mudanças no desenvolvimento das funções executivas
Engstrom et al.	Analisar como o abuso infantil afeta a neurobiologia do processamento do self em adolescentes com depressão	Estudo com 94 adolescentes analisados por meio de ressonância magnética funcional (fMRI)	O aumento do tempo de abuso esta relacionado as mudanças na atividade cerebral em áreas ligadas ao controle emocional e cognitivo.
Amores-Villalba e Mateos-Mateos	Analisar a evidência científica acerca da neurobiologia do maltrato infantil	Revisão teórica fundamentada em pesquisas de neuroimagem e neuropsicologia	Revelou uma relação entre maus-tratos infantis e modificações em regiões cerebrais associadas às funções executivas.
Buitrago Ramírez et al.	Revisar as orientações para prevenção e identificação precoce de abusos infantis.	Revisão sistemática e atualização de protocolos clínicos	Intervenções precoces podem minimizar os efeitos psicológicos e cognitivos do abuso
Estudo identificado na base LILACS	Analisar a conexão entre abuso sexual infantil e desenvolvimento cognitivo	Estudo observacional com análise neuropsicológica de crianças	Houve índices de que o abuso sexual está ligado a problemas de autorregulação e controle cognitivo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A partir dos estudos analisados revelou padrões constantes de modificações nas funções executivas em crianças e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual. De maneira geral, as pesquisas apontam que vivências traumáticas precoces podem impactar os processos cognitivos ligados ao controle comportamental, regulação emocional e adaptação cognitiva, funções normalmente associadas aos circuitos do córtex pré-frontal.

Os principais déficits executivos identificados nos estudos examinados estão resumidos na Tabela 3.

Tabela 3 – Principais déficits nas funções executivas	
Função Executiva	Evidências encontradas nos estudos
Controle inibitório	Desafios em controlar respostas automáticas e impulsivas, aumento da impulsividade comportamental e problemas na regulação emocional
Memória de trabalho	Diminuição na habilidade de reter e processar informações enquanto realiza atividades cognitivas
Flexibilidade cognitiva	Dificuldades em alternar estratégias cognitivas e ajustar-se às alterações nas exigências das tarefas
Planejamento	Dedicação à organização de ações direcionadas a metas
Autorregulação emocional	Maior desafio em controlar reações emocionais frente a estímulos estressantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O estudo comparativo revelou que, embora haja variações metodológicas entre as pesquisas, os resultados que indicam o impacto do abuso sexual infantil nas funções executivas são bastante constantes. A maioria dos estudos indicou alterações nos processos cognitivos relacionados ao controle do comportamento e à regulação emocional. Estudos que utilizaram avaliações neuropsicológicas diretas, como tarefas de controle inibitório e memória de trabalho, revelaram diferenças significativas entre crianças vítimas de abuso sexual e grupos de comparação sem histórico de trauma. Pesquisas apontam técnicas de neuroimagem revelaram alterações na atividade de regiões cerebrais associadas ao processamento emocional e ao controle cognitivo.

Além disso, estudos longitudinais sugerem que os resultados do abuso sexual infantil podem persistir ao longo do desenvolvimento, impactando o comportamento cognitivo durante a adolescência e no início da vida adulta. Esses efeitos corroboram a hipótese de que experiências traumáticas precoces podem afetar o desenvolvimento dos circuitos neurais que controlam as funções executivas.

DISCUSSÃO

O presente estudo de revisão sistemática buscou analisar evidências científicas acerca da relação entre abuso sexual infantil e alterações nas funções executivas. Os resultados dos nove estudos incluídos indicam, de maneira consistente, que experiências de abuso sexual durante a infância estão associadas a prejuízos em diferentes componentes do funcionamento executivo, particularmente controle inibitório, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e processos de autorregulação emocional. Essas descobertas indicam que vivências traumáticas na infância podem afetar competências essenciais para o manejo do comportamento e a adequação ao meio, apoiando a ideia de que a evolução das funções executivas é bastante afetada por condições ambientais desfavoráveis na criança.

Sob a perspectiva teórica, tais evidências dialogam de forma consistente com modelos consolidados das funções executivas. De acordo com Diamond (2013), o controle inibitório, a memória de trabalho e a flexibilidade cognitiva constituem os componentes centrais desse sistema, sendo altamente sensíveis a influências ambientais durante o desenvolvimento. Da mesma forma, o modelo de unidade e diversidade proposto por Miyake et al. (2000) sugere que, embora essas funções compartilhem uma base comum de controle cognitivo, elas apresentam relativa independência funcional, o que pode explicar a variabilidade nos déficits encontrados entre os estudos analisados.

A recorrente identificação de prejuízos no controle inibitório e na regulação emocional sugere que o abuso sexual infantil compromete, de maneira particular, a capacidade de modulação comportamental e emocional frente a estímulos aversivos. Esse achado é especialmente relevante quando se considera que tais habilidades constituem preditores robustos fundamentais para o crescimento social, desempenho acadêmico e habilidades de tomada de decisão ao longo da vida. Assim, os achados indicam que o impacto do trauma extrapola o domínio emocional, alcançando também mecanismos centrais de controle cognitivo.

Ademais, os impactos percebidos na memória de trabalho e na flexibilidade mental evidenciam dificuldades na retenção e na elaboração de ideias, assim como na adaptação às novas exigências cognitivas. Essas limitações podem comprometer processos de aprendizagem, resolução de problemas e planejamento, sugerindo que o

abuso sexual infantil pode interferir de maneira ampla no desenvolvimento de competências cognitivas superiores.

Um ponto relevante evidenciado nas pesquisas, diz respeito às mudanças neurobiológicas relacionadas ao abuso. Estudos que empregaram técnicas de neuroimagem revelaram alterações em áreas do cérebro ligadas ao gerenciamento emocional e cognitivo, com ênfase no córtex pré-frontal. Além disso, evidências recentes sugerem que o impacto do abuso infantil não se limita a alterações isoladas em regiões específicas, mas envolve mudanças na conectividade funcional entre o córtex pré-frontal e a amígdala, estrutura central no processamento emocional. Essa desregulação pode resultar em maior reatividade emocional e menor capacidade de controle cognitivo diante de estímulos estressantes (McLaughlin et al., 2019).

Dessa forma, os resultados sustentam uma perspectiva integrativa, na qual experiências adversas precoces influenciam tanto a organização funcional quanto estrutural do cérebro em desenvolvimento. Embora os resultados tenham demonstrado consistência, foram notadas algumas discrepâncias entre as pesquisas, particularmente no que diz respeito à gravidade dos déficits e aos aspectos executivos mais impactados. Essas distinções podem ser atribuídas a variações metodológicas, como instrumento empregado na avaliação, o número de participantes, a faixa etária das amostras e a ocorrência de comorbidades, por exemplo transtorno de estresse pós-traumático e depressão.

Ademais, deve-se considerar que, em muitos casos, o abuso sexual infantil não ocorre de forma isolada, estando frequentemente associado a outras formas de maus-tratos, como negligência e violência física. Essa sobreposição de experiências adversas pode dificultar a identificação de efeitos específicos do abuso sexual sobre as funções executivas, representando um desafio metodológico importante na interpretação dos resultados.

Outro ponto relevante refere-se que os estudos longitudinais inseridos na revisão sistemática indicam que os efeitos do abuso sexual infantil podem permanecer ao longo da vida adulta. Esse resultado aponta que os impactos do trauma não se limitam ao imediato, podendo moldar trajetórias cognitivas e emocionais em horizonte

prolongado. No tocante às implicações práticas, os achados desta revisão ressaltam a relevância da detecção precoce de crianças vítimas de abuso sexual e da adoção de intervenções psicológicas e neuropsicológicas voltadas ao fortalecimento do funcionamento executivo.

No que concerne às implicações práticas, os achados desta revisão destacam a necessidade de estratégias de identificação precoce e de intervenções especializadas voltadas ao fortalecimento das funções executivas em crianças vítimas de abuso sexual. Contudo, esta revisão traz certas limitações que precisam ser levadas em conta. Dentre elas, sobressai o reduzido número de estudos incluído na análise final, o que pode comprometer a possibilidade de generalizar os achados. Além disso, a heterogeneidade metodológica entre pesquisas dificulta a comparação direta dos resultados. Observa-se também uma predominância de estudos realizados em contextos clínicos, o que pode não representar integralmente a realidade de populações não institucionalizadas.

Outro aspecto relevante refere-se à limitação na padronização dos instrumentos utilizados para avaliação das funções executivas, uma vez que diferentes estudos empregaram tarefas e medidas distintas, dificultando a comparação direta entre os achados. Além disso, a predominância de delineamentos transversais em parte dos estudos incluídos limita a inferência de relações causais entre o abuso sexual infantil e os déficits executivos observados.

Portanto, é aconselhável que pesquisas futuras explorem mais detalhadamente os impactos do abuso sexual em crianças nas funções executivas, empregando metodologias padronizadas e amostras mais abrangentes e diversificadas. Para entender melhor como esses déficits evoluem ao longo do desenvolvimento, são necessários mais estudos longitudinais.

Em síntese, as evidências analisadas indicam que o abuso sexual infantil está associado a prejuízos significativos nas funções executivas, afetando de maneira abrangente o funcionamento cognitivo e emocional. Esses resultados destacam a importância de dedicar mais atenção científica e clínica a esse assunto, levando em conta seus efeitos duradouros no desenvolvimento infantil. Nesse sentido, os achados desta revisão reforçam a necessidade de integrar abordagens neuropsicológicas e

desenvolvimentais na compreensão das consequências do abuso sexual infantil. A identificação precoce de prejuízos nas funções executivas pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais direcionadas, com foco na promoção da autorregulação e na redução de impactos a longo prazo no desenvolvimento infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados analisados desta revisão sistemática, evidenciam que o abuso sexual infantil configura-se como um fator de risco significativo para prejuízos nas funções executivas ao longo do desenvolvimento. As alterações observadas em domínios como controle inibitório, memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e autorregulação emocional reforçam o impacto abrangente dessas experiências adversas no funcionamento cognitivo e comportamental de crianças e adolescentes.

Adicionalmente, destaca-se a necessidade de ampliação de estudos longitudinais que permitam compreender com maior profundidade os efeitos a longo prazo do abuso sexual infantil, bem como os possíveis fatores de proteção e resiliência envolvidos. Do ponto de vista prático, os resultados apontam para a importância de intervenções precoces e integradas, que considerem tanto os aspectos cognitivos quanto emocionais, visando à minimização dos danos e à promoção do desenvolvimento saudável.

Por fim, os achados desta revisão destacam a relevância da identificação precoce de prejuízos no funcionamento executivo em crianças vítimas de abuso sexual e ressalta a relevância de políticas públicas e práticas profissionais que atuem na prevenção, identificação e acompanhamento de casos de abuso sexual infantil, contribuindo para a garantia dos direitos e do bem-estar das crianças. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de uma atuação integrada e articulada entre os campos da saúde, da educação e da assistência social, a fim de garantir um acompanhamento mais eficaz e abrangente a essa população.

Referências

BARKLEY, Russell A. **Executive functions: what They are, how they work, and why they evolved.** New York: Guilford Press, 2012.

BARRERA, M. et al. **The cognitive impact of sexual abuse and PTSD in children: a neuropsychological study.** Journal of Child Sexual Abuse, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23924174/>

BLAIR, C.; RAVEN, C. C. **School readiness and self-regulation.** Annual Review of Psychology, 2015. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25148852/>

BLAIR, Clancy; RAVEN, C. Cybele. **School readiness and self-regulation: a developmental psychobiological approach.** Annual Review of Psychology, Palo Alto, v. 66, p. 711–731, 2015. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-psych-010814-015221>.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura.** Revista de Educação do Vale do Arinos. Juara. v.3, n.2, p.23-39, 2016.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Child sexual abuse.** Disponível em: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/childabuseandneglect/childsexualabuse.html>

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Preventing child sexual abuse.** Atlanta: CDC, 2022. Disponível em: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/childabuseandneglect/childsexualabuse.html>

DIAMOND, A. **Executive functions.** Annual Review of Psychology, 2013. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23020641/>

DIAMOND, Adele. **Executive functions.** Annual Review of Psychology, v. 64, p. 135-168, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-113011-143750>

MC LAUGHLIN, K. A. et al. **Childhood adversity and neural development.** Annual Review of Developmental Psychology, 2019.

MCLAUGHLIN, K. A. et al. **Childhood adversity and neural development.** Annual Review of Developmental Psychology, 2019. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32047567/>

MIYAKE, A. et al. **The unity and diversity of executive functions.** Cognitive Psychology, 2000. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10945922/>

MIYAKE, Akira et al. **The unity and diversity of executive functions and their contributions to complex “frontal lobe” tasks: a latent variable analysis.** Journal of

Experimental Psychology: *General*, v. 129, n. 1, p. 49-100, 2000.
Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10945922/>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

TEICHER, M. H.; SAMSON, J. A. **Annual research review: enduring neurobiological effects of childhood abuse and neglect**. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 2016.
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26831814/>

TEICHER, Martin H.; SAMSON, Jacqueline A. **Annual research review: enduring neurobiological effects of childhood abuse and neglect**. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 57, n. 3, p. 241-266, 2016.
Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jcpp.12507>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines**. Geneva: World Health Organization, 2017. Disponível em:
<https://www.who.int/publications/i/item/9789241550147>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against children**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-children>